Este arquivo é protegido por direitos autorais conforme a Lei nº 9.610/1998. A reprodução ou envio não autorizado é crime.

iNFRA
AGENCIAINFRA.COM

Agência iNFRA
iNFRAEnergia
Brasília, *|DATE:d|* de agosto de *|DATE:Y|*
edição 1.605

Bom dia, *|FNAME|*!
Nesta edição do iNFRAEnergia: Securitização | Compartilhamento de Postes | Reestruturação do Setor | Diário Oficial | Agenda | Monitor | Fique de Olho | Clipping

MINISTRO DIZ QUE SECURITIZAÇÃO PARA REDUZIR TARIFAS PODE OCORRER MESMO DEPOIS QUE MP PERDER VALIDADE

Marisa Wanzeller, da Agência iNFRA

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, disse nesta quinta-feira (1º) que a securitização com o mercado de aporte financeiro bilionário para a quitação dos empréstimos das contas Covid e Escassez Hídrica (pagos nas tarifas pelos consumidores) pode ocorrer mesmo após o vencimento da MP (Medida Provisória) 1.212/2024, na próxima quinta-feira (8). Segundo Silveira, a medida provisória poderia ser "reeditada", se necessário.

O governo trabalha pela securitização de cerca de R$ 30 bilhões para abatimento das tarifas de energia, informaram fontes à **Agência iNFRA**. Em paralelo, busca acordo para que a própria Eletrobras antecipe o montante à CDE (Conta de Desenvolvimento Energético), o que também serviria para reduzir impactos tarifários. O valor poderia ser repassado pela Eletrobras à CDE em até 30 anos, segundo a lei que permitiu a privatização da companhia.

" são independentes. Nós estamos andando com a securitização paralela com o acordo", disse Silveira à imprensa, após evento em Brasília. "Não tem nenhum problema , se precisar reeditar , a gente reedita, caso não haja o acordo . Nós precisamos desse recurso da CDE, eu insisto nesse recurso", afirmou.

Securitização

A MP 1.212, também conhecida como MP das Tarifas, permite a securitização do montante para quitar os empréstimos pagos pelos consumidores com juros. No entanto, o Congresso Nacional não levou adiante a medida do governo, que vai caducar e não deve ser transformada em lei. A Portaria Interministerial 1/2024, do MME (Ministério de Minas e Energia) e da Fazenda, regulamenta a autorização para que a CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) busque a quitação das contas Covid e Escassez Hídrica.

Para fechar a securitização com algum operador financeiro, será necessário comprovar que a solução será benéfica para o consumidor. Portanto, segundo fontes, o acordo será fechado com quem oferecer menor taxa de juros.

Eletronuclear

A possibilidade de antecipação dos recursos pela Eletrobras é discutida na mesa de conciliação na qual a União busca maior representatividade nos conselhos da companhia. Outros assuntos foram levados para a busca por um acordo que está muito "difuso", como caracterizou o ministro de Minas e Energia.

Silveira afirmou que a troca de ações com a União envolvendo a Eletronuclear "é pleito da Eletrobras" que está na mesa. No entanto, não detalhou como a operação pode vir a ocorrer.

"Há um pleito da Eletrobras que ela possa deslocar suas ações de Angra 3. A forma com que vai se desdobrar isso e vai se finalizar o acordo vai depender, o acordo é muito difuso, então ainda vai depender de muitas sentadas, e por isso nós pedimos uma dilação de prazo de 45 dias", disse o ministro.

Segundo fontes, a União discute ceder cerca de 3% da sua participação de 43% na Eletrobras para, em troca, assumir 100% da Eletronuclear, comprando as ações da companhia por um preço abaixo do mercado e se beneficiando de um deságio de até R$ 2 bilhões.

Acordo

"A condição sine qua non desse acordo é o pedido que está no STF, é o pedido da proporcionalidade da participação da União que representa o povo brasileiro", afirmou Silveira.

"Quatro cadeiras seria razoável, a pretensão é essa , mas como é um acordo consensual (...) nós estamos na verdade nesse primeiro momento buscando corrigir distorções e continuar defendendo o setor elétrico".

Segundo fontes, a proposta que está sendo negociada é para que o Conselho de Administração da Eletrobras passe a ter 10 cadeiras, sendo três indicadas pela União. Além disso, o governo passaria a ter uma cadeira no Conselho Fiscal da Companhia.

voltar para o topo

GOVERNO PODE RESOLVER COMPARTILHAMENTO DE POSTES SEM ESPERAR A ANEEL, DIZ MINISTRO

da Agência iNFRA

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, disse nesta quinta-feira (1º) que o governo poderá resolver o compartilhamento de postes entre as distribuidoras de energia e empresas de telecomunicações sem aguardar uma regulamentação da ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica).

Também na quinta-feira, ele se reuniu com o ministro das Comunicações, Juscelino Filho, para tratar do tema. "Quero ouvi-lo para saber o que pensa o Ministério das Comunicações já que nós assinamos no ano passado o programa Poste Legal", afirmou à imprensa antes do encontro.

"É natural que o ministro de Minas e Energia e o ministro das Comunicações comecem a discutir uma política pública para ordenar a utilização dos postes."

Decreto das distribuidoras

Silveira destacou que o compartilhamento de infraestrutura entre os dois setores foi tratado no Decreto 12.068/2024, que trata das diretrizes de renovação das concessões de distribuição de energia, e que "condenou publicamente" a decisão da ANEEL de arquivar o processo que estava em andamento na agência para regulamentar o tema.

"Um decreto presidencial, que é o que foi feito no decreto de renovação das distribuidoras, ele não há de ser contestado, há de ser regulamentado, há de se fazer a implementação da política pública, de regulamentar a política pública, mas a política pública quem determina é quem legitimamente foi eleito nas urnas", afirmou.

"Eu entendo que as agências, hoje, muitas vezes ultrapassam a sua competência legal de poder regulatório. Nós precisamos ter um freio de arrumação na leitura das competências das agências, e até em outras questões que eu tenho absoluta certeza de que o presidente Lula, no momento adequado, vai fazer esse debate com o Brasil".

Decisão da ANEEL

Em julho, a diretoria da ANEEL optou por extinguir o processo que corria na agência desde 2021 e determinar que seja emitida uma nova instrução técnica levando em consideração o decreto publicado em junho.

No entanto, a decisão não agradou a Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações), ou aos ministros de Minas e Energia e das Comunicações, que emitiram notas criticando o posicionamento da agência do setor elétrico.

voltar para o topo

SILVEIRA: REESTRUTURAÇÃO DO SETOR DEVE SER APRESENTADA EM SETEMBRO

Marisa Wanzeller, da Agência iNFRA

A reestruturação no setor elétrico esteve na pauta de reunião que ocorreu na manhã desta quinta-feira (1º) entre o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, e o presidente Lula. "O presidente Lula quer discutir uma mudança estrutural, independente dos interesses difusos que tomaram conta do setor", disse o ministro à imprensa, após evento em Brasília.

Segundo Silveira, o projeto para tratar do tema, que poderá ser executado por projeto de lei ou medida provisória, será finalizado ainda em agosto e apresentado ao Congresso Nacional em setembro.

Propostas

Ainda de acordo com o ministro, algumas ideias já estão bastante amadurecidas. Ele ressaltou que tem defendido a transferência, para o orçamento da União, dos custos de políticas públicas não relacionadas ao setor que hoje estão na CDE (Conta de Desenvolvimento Energético).

Além disso, reiterou que levou ao Planalto proposta para utilizar recursos oriundos da venda de óleo da União pela PPSA (Pré-Sal Petróleo) para abatimento das tarifas de energia elétrica. Segundo ele, esse movimento não prejudicaria o fundo social, para onde é destinado parte desse dinheiro.

"No óleo da União, nós temos uma curva de crescimento até 2029. Então, não afetaria de jeito nenhum o fundo social. Exatamente porque o fundo social tem uma previsibilidade de orçamento dentro da atual produção da PPSA, da parte do óleo da União. Uma das ideias, eu sempre destaco isso, é que o crescimento da produção possa financiar as políticas públicas da CDE", afirmou Silveira.

Outro ponto que deverá ser tratado no projeto é a abertura do mercado livre. "A espinha dorsal é a justiça tarifária, estimular investimentos e dar liberdade ao consumidor. Não é justo que 2% do país possa escolher de onde comprar energia e os outros 98% tenham que comprar da distribuidora", disse.

R$ 17 bilhões

Segundo o ministro, o leilão realizado na quarta-feira (31) arrecadou R$ 17 bilhões, sendo "a maior arrecadação dos leilões da PPSA da história".

"Tenho dialogado com o ministro Haddad para que parte da receita do óleo da União seja utilizada também para reduzir a conta de energia dos brasileiros, em especial, dos brasileiros que pagam a CDE, que são os consumidores regulados, a classe média e o pobre no Brasil", disse à imprensa, após a realização do certame em São Paulo.

voltar para o topo

DIÁRIO OFICIAL

Argentina e Uruguai - Portarias do Ministério de Minas e Energia autorizam as empresas mbar Comercializadora de Energia, Lages Bioenergética e OAK Comercializadora de Energia a importar e a exportar energia elétrica interruptível para a Argentina e o Uruguai.
Mineração - Resolução ANM 175/2024, da ANM (Agência Nacional de Mineração), altera a Resolução ANM 95/2022, que consolida os atos normativos que dispõem sobre segurança de barragens de mineração.

voltar para o topo

AGENDA

Lula - O presidente da República sanciona, em cerimônia, às 11h, no Complexo Industrial e Portuário do Pecém, no Ceará, a MP (Medida Provisória) que institui o Programa Mover; o PL (Projeto de Lei) 858/2024 que institui o FIIS (Fundo de Investimento em Infraestrutura Social); o PL 2.308/2023 que cria a Política Nacional do Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono; e o decreto que aprova o regulamento do FDNE (Fundo de Desenvolvimento do Nordeste). Às 15h, o presidente Lula participa da cerimônia de anúncio da expansão do Programa Pé-de-Meia no Ceará.
Alexandre Silveira - O ministro de Minas e Energia participa, às 11h, ao lado do presidente Lula, da cerimônia de sanção do PL 2.308/2023, que cria a Política Nacional do Hidrogênio de Baixa Emissão de Carbono. A cerimônia será no Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CE).
Fernando Haddad - O ministro da Fazenda está de férias até o dia 9 de agosto. No período, o secretário-executivo da pasta, Dario Durigan, irá substituí-lo.
Previsões de carga - O ONS (Operador Nacional do Setor Elétrico), a CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) e a EPE (Empresa de Pesquisa Energética) promovem, a partir das 10h, workshop de apresentação dos resultados da 2ª Revisão Quadrimestral das Previsões de Carga para o Planejamento Anual da Operação Energética - PLAN 2024-2028. Acompanhe a transmissão neste link.
Teleconferência AES Brasil - A AES Brasil realiza, às 10h, teleconferência para apresentação dos resultados financeiros do 2º trimestre de 2024. A transmissão será neste link.
Teleconferência Auren Energia - A Auren Energia realiza, às 11h30, teleconferência para apresentação dos resultados financeiros do 2º trimestre de 2024. A transmissão será neste link.

voltar para o topo

MONITOR

TRAMITAÇÃO DE PROPOSTAS LEGISLATIVAS
Não houve movimentação entre as propostas legislativas de interesse do setor que são acompanhadas pelo iNFRAMonitor.

NOVAS PROPOSTAS PROTOCOLADAS
RIC 2.938/2024 - Requerimento de informação ao ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, sobre notícia na qual consta que primo, sócio e aliado do ministro ganha autorização de agência ligada ao ministério para pesquisar diamantes.

voltar para o topo

FIQUE DE OLHO

Previsões de carga - O ONS (Operador Nacional do Setor Elétrico), a CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) e a EPE (Empresa de Pesquisa Energética) divulgaram, nesta quinta-feira (1º), o resultado da segunda revisão quadrimestral das previsões de carga para o planejamento anual da operação energética 2024-2028. De acordo com o relatório, a previsão de carga para este ano indica aumento de 4%, alcançando 78.978 MWmed (megawatts médios). Para 2024-2028, o crescimento anual esperado é de 3,4%, totalizando 89.754 MWmed ao final do período. Acesse a íntegra do balanço neste link.
Dívida de MG com a União - O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal), Nunes Marques, prorrogou até 28 de agosto, os prazos para a adesão de Minas Gerais ao RRF (Regime de Recuperação Fiscal). A prorrogação atende a pedido do governador do estado Romeu Zema e da Assembleia Legislativa, que aguardam a votação do PL (Projeto de Lei) do Propag (Programa de Pleno Pagamento de Dívidas dos Estados) pelo Senado Federal. Acesse a decisão neste link.
Colaboração Brasil e China - Nesta quinta-feira (1º), o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, participou do evento "Brasil e China: 50 anos de amizade" em Brasília (DF). Na ocasião, o chefe da pasta destacou a parceria com o país asiático e os significativos investimentos chineses no setor de energia brasileiro. Silveira mencionou que quase um terço dos leilões de linhas de transmissão recentes foi vencido por empresas chinesas, que investiram cerca de R$ 20 bilhões, e que metade dos R$ 17 bilhões arrecadados no último leilão de petróleo veio da China. Acesse mais informações neste link.
Plano Clima - O MME (Ministério de Minas e Energia) participou, nesta semana, da primeira reunião do Plano Clima Participativo, iniciativa que promove debates sobre desafios climáticos nos oito biomas brasileiros, visando uma política climática eficaz até 2035. No encontro, o ministro Alexandre Silveira destacou o papel da pasta na formulação do plano, enfatizando medidas de descarbonização e políticas de transição energética implementadas. Para construção do plano, o governo federal disponibilizou uma plataforma para envio de sugestões sobre a sustentabilidade do país. O prazo de contribuição é até 26 de agosto.
Sistemas isolados - A EPE lançou, nesta quinta-feira (1º), a versão completa do Pasi (Portal de Acompanhamento e Informações dos Sistemas Isolados). O portal, desenvolvido com apoio da CCEE, conta com informações sobre mercado consumidor, carga e demanda, oferta de geração, geração verificada e custos das usinas. Além de dados da ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) e da CCEE, com detalhes sobre custos, beneficiários e contratos regulados. Acesse aqui.
Novas subestações - A Neoenergia inaugurou, nesta quinta-feira (1º), três novas subestações com investimentos de R$ 182 milhões. Na Bahia, os investimentos somam mais de R$ 155 milhões, incluindo 80 km de linhas de subtransmissão em Barreiras III e Alto Fêmeas II. Em Pernambuco, foram investidos mais de R$ 27 milhões na subestação Mundaú, em Garanhuns, para melhorar o fornecimento de energia para 60 mil pessoas.
Preço da energia solar - No primeiro semestre deste ano, o preço médio da energia solar residencial no Brasil caiu 9%, passando de R$ 2,92 para R$ 2,66 por Wp (watt-pico). Segundo levantamento do Radar Solfácil, a redução, observada em todas as faixas de potência dos projetos, é atribuída à queda de 4% no custo do polisilício, principal matéria-prima para produção das placas solares.
AES Brasil 2T24 - A AES Brasil divulgou, nesta quinta-feira (1º), seus resultados financeiros referentes ao 2º trimestre de 2024. No período, a companhia reportou prejuízo líquido de R$ 108,7 milhões. O valor é 402,6% inferior ao reportado no 2T23, quando foi registrado lucro líquido de R$ 35,9 milhões. Acesse a íntegra do relatório neste link.
Auren Energia 2T24 - A Auren Energia divulgou, nesta quinta-feira (1º), seus resultados financeiros referentes ao 2º trimestre de 2024. No período, a companhia reportou lucro líquido de R$ 91,1 milhões, o que representa redução de 50,2% em relação ao mesmo período de 2023. Acesse a íntegra do relatório neste link.
Diretoria da 3R - O Conselho de Administração da 3R Petroleum elegeu, nesta quinta-feira (1º), Jorge Alejandro Boeri como diretor da companhia, sem designação específica, com mandato de dois anos e vigência imediata. O comunicado está neste link.
Equipamentos submarinos - A Petrobras assinou contrato com o grupo SLB OneSubsea para a aquisição de equipamentos submarinos necessários para os projetos de Atapu 2 e Sépia 2 no pré-sal da bacia de Santos, além do campo de Roncador na bacia de Campos. Os equipamentos serão construídos no Brasil a partir do terceiro trimestre deste ano.

voltar para o topo

CLIPPING

Eletrobras: Governo prevê queda de 10% na tarifa de energia
Acordo com Ministério de Minas e Energia e companhia terá de ser chancelado pelo STF. (Folha de S. Paulo)

Eletrobras: Fazenda sinaliza veto a acordo com governo
Proposta prevê troca de ações e controle da Eletronuclear pela União. (Folha de S. Paulo)

Governo pede ao STF mais 45 dias para acordo com Eletrobras sobre participação da União na empresa
Prazo já foi prorrogado duas vezes; governo negocia trocar parte das ações que tem na Eletrobras para assumir controle total da Eletronuclear. (Estadão)

Acordo para ampliar poder da União na Eletrobras pode gerar custo de ao menos R$ 12 bi
Valor não inclui gastos para concluir Angra 3; equipe econômica teme prejuízos, enquanto defensores da negociação miram vagas em conselhos. (Folha de S. Paulo)

Energia está perto de colapso tarifário e novo modelo deve ser proposto até setembro, diz Silveira
Ministro de Minas e Energia afirma ser necessário dar liberdade a consumidor e não ser justo que apenas minoria possa negociar contratos. (Folha de S. Paulo)

Falta definir texto de novas normas do setor elétrico
Governo ainda não sabe se apresentará mudanças por decreto o medida provisória. (Valor)

Relicitação de linhas antigas deve criar novo mercado para transmissoras
Por outro lado, parte das empresas enxerga possíveis riscos de prejudicar o atendimento aos consumidores, dadas as dificuldades inerentes à troca de operadoras. (Valor)

Preço médio do óleo diesel tem alta de 0,33%
O preço médio do litro do diesel comum foi comercializado a R$ 6,04 no consolidado de julho e o S10 a R$ 6,17, ambos com aumento de 0,33% ante a primeira quinzena do mês. (Estadão)

TCU conclui que houve irregularidades em contrato da Petrobras com petroquímica Unigel
Segundo a Corte, a estatal subestimou os riscos do contrato e supervalorizou suas oportunidades. Acordo foi encerrado em junho deste ano sem ter entrado em vigor. (O Globo, Valor, Estadão)

Conselho da Petrobras substitui líder do Comitê de Auditoria em reunião sem explicações
Segundo fontes, a mudança seria uma espécie de retaliação ao conselheiro Francisco Petros. (O Globo)

Não há bala de prata para uma siderurgia mais limpa, mas gás natural é aposta, diz CEO da Gerdau
Para Gustavo Werneck, fortalecimento do mercado de gás natural no Brasil pode ser saída para acelerar a diminuição de emissão de gases de efeito estufa na indústria do aço ainda nesta década. (Estadão)

voltar para o topo

iNFRA ENERGIA

A **Agência iNFRA** tem o compromisso de entregar, diariamente, notícias sobre os assuntos mais relevantes do setor de infraestrutura no país. Além dos boletins por e-mail, enviamos flashes de notícias urgentes via aplicativo de mensagens. Caso não esteja recebendo, entre em contato.
O **Serviço de Notícias iNFRAEnergia é destinado a assinantes**. Conforme termo de uso, é proibida a distribuição, redistribuição e publicação não autorizada dos conteúdos recebidos dos serviço da **Agência iNFRA**, podendo o responsável ser excluído dos nossos cadastros.
Spam: Para evitar que seu boletim vá para o Spam ou, no caso do Gmail, para a aba de promoções, mova o e-mail para a caixa principal ou salve o endereço infrajornalismo@agenciainfra.com em seus contatos.
Imagens: As fotos usadas nesta edição são imagens de divulgação de banco de dados público ou de propriedade da Infra Jornalismo LTDA.

Imagens:
-
Artes:
-

Equipe Agência iNFRA
Sócios-Diretores: Dimmi Amora e Leila Coimbra
Editores: Luana Dorigon e Rodrigo Zuquim
Editor do Site: Gabriel Tabatcheik
Analista: Marisa Wanzeller
Repórteres: Paula Melissa e Sheyla Santos
Colaborador: Felipe Moura
Gerente comercial: Beatriz Souza
Administração: Paula de Lima
+55 (61) 3247-5841
www.agenciainfra.com

Copyright © 2017 Agência iNFRA, Todos os direitos reservados.

This email was sent to *|EMAIL|*

why did I get this?   unsubscribe from this list   update subscription preferences

|LIST:ADDRESSLINE|

Este arquivo é protegido por direitos autorais conforme a Lei nº 9.610/1998. A reprodução ou envio não autorizado é crime.